UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA CARDOSO

O NARCOTRÁFICO NAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE E TENTATIVA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Sorocaba

2023

UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA CARDOSO

O NARCOTRÁFICO NAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE E TENTATIVA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Sorocaba.

Orientador: Professor Dr. Fabrício Padilha

Sorocaba

2023

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA CARDOSO

O NARCOTRÁFICO NAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE E TENTATIVA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: __/__/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabrício Padilha

Universidade de Sorocaba (UNISO)

Profª Dra. Karina Stange Calandrin

Universidade de Sorocaba (UNISO)

Prof. Dr Walter Cruz Swensson Junior

Universidade de Sorocaba (UNISO)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar toda a honra e glória dos meus estudos a Deus, agradecer por todas as bênçãos e cuidado comigo em todos os detalhes. Agradeço imensamente ao amor da minha vida, minha mãe, Adriana Ap. De Oliveira, que não mediu esforços para me ajudar em tudo que precisava, desejou todos os meus sonhos junto a mim, sempre me incentivou e me apoiou. Obrigada por acreditar em mim, até quando eu mesma não acreditava.

Também agradeço ao meu grande amor, meu noivo, Hefziba Vaz, que esteve ao meu lado todos os dias, nas preocupações e nas felicidades, me incentivando e zelando por nós. Agradeço aos meus familiares por todas as palavras de carinho e incentivo, todas as orações e alegrias compartilhadas.

Sou grata aos meus gatos, Simba e Theobaldo, que, infelizmente, não estão mais junto a mim, mas começaram comigo essa jornada e sempre me fizeram feliz. Ao Juca e ao Neném, por sempre me acolherem com seus olhinhos cheios de amor.

Gostaria de agradecer ao meu professor e orientador, Dr. Fabrício Padilha, por todo o ensinamento e por me ajudar tanto a realizar esse trabalho. À minha professora Dr. Karina Stange, que é única e uma inspiração para mim. À minha professora Dr. Maria Luíza e ao meu professor Dr. Walter por todo o aprendizado, gentileza e cuidado ao longo do curso.

Também agredeço aos meus amigos que compartilharam junto comigo essa caminhada academica, Laweny, Heloisa, Flávia, Felipe, Isadora C e Isadora M.

E, por fim, agradeço a mim por ter chegado até o fim desse ciclo, por não ter desistido e por ter amadurecido tanto. Agradeço pela esperança e pela oportunidade de poder fazer a diferença, para mim e para aqueles que amo.

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar o desafio do narcotráfico nas fronteiras da Amazônia brasileira, destacando a importância estratégica da região e os impactos do tráfico de drogas. O estudo pretende analisar as estratégias de combate adotadas pelo Brasil, incluindo políticas governamentais e operações de segurança, bem como seus resultados e limitações. Além disso, explora as tentativas de cooperação internacional do Brasil, como acordos bilaterais e participação em organizações internacionais, e examina os desafios enfrentados nesse processo. Este trabalho busca fornecer uma compreensão abrangente do narcotráfico na Amazônia e das medidas tomadas pelo Brasil para enfrentar essa ameaça. A metodologia escolhida se encaixa no tipo de observação indireta, com a utilização de fontes primárias e secundarias.

Palavras-chaves: Narcotráfico;fronteiras;cooperação;segurança.

ABSTRACT

This study aims to investigate the challenge of drug trafficking on the borders of the Brazilian Amazon, emphasizing the strategic importance of the region and the impacts of drug trafficking. The research intends to analyze the combat strategies adopted by Brazil, including government policies and security operations, as well as their outcomes and limitations. Furthermore, it explores Brazil's attempts at international cooperation, such as bilateral agreements and participation in international organizations, while examining the challenges faced in this process. This work seeks to provide a comprehensive understanding of drug trafficking in the Amazon and the measures taken by Brazil to address this threat. The chosen methodology aligns with indirect observation, utilizing both primary and secondary sources.

Keywords: Drug trafficking; borders; cooperation; security.

Sumário

1. INTRODUÇÃO 10

2. O NARCOTRÁFICO DO PONTO DE VISTA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL E DAS INSTITUIÇÕES HEMISFÉRICAS (UNASUL E OEA) 11

2.1. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O NARCOTÁFICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 12

2.2 A PERSPECTIVA ESTADUNIDENSE DE SECURITAZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NO HEMISFÉRIO SUL 15

2.3 INSTITUIÇÕES HEMISFÉRICAS E A AMEAÇA TRANSNACIONAL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA: OS CASOS DA OEA E UNASUL. 17

3. HISTÓRICO DO NARCOTRÁFICO E DINÂMICAS NA REGIÃO AMAZÔNICA. 22

3.1. NARCOTRÁFICO ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 A 1990 26

3.2 NARCOTRÁFICO NA DÉCADA DE 1990 ATÉ MEADOS DOS ANOS 2000. .. 28

3.3 O PLANO COLÔMBIA E SUAS DINÂMICAS..... 31

4. ESTRATÉGIAS DE COMBATES E TENTATIVAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. 35

4.1 GOVERNO LULA (2003-2010) 37

4.2 GOVERNO DILMA (2011-2016) 39

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 45

6. REFÊRENCIAS 46

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1- AÇÕES MILITARES CONJUNTAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO NO TRAPÉZIO AMAZÔNICO NO PERÍODO DE 2011 A 2016. 35
TABELA 2- COMPARATIVO, ANTES E PÓS OPERAÇÕES ÁGATA 1 A 3.. 43
TABELA 3- INDICATIVOS OPERACIONAIS DE TODAS AS OPERAÇÕES ÁGATAS. 44

FIGURA 1- REDES E FLUXOS DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA 24
FIGURA 2- EIXOS DE ESCOAMENTO DE DROGAS PARA TERRITÓRIO BRASILEIRO. 25
FIGURA 3- OPERAÇÃO ÁGATA I, II E III. 42
FIGURA 4- OPERAÇÃO ÁGATA 7. 44

LISTA DE SIGLAS

AUC- Autodefesas Unidas da Colômbia

CDS – Conselho de Defesa Sul-Americana

CICAD – Comissão Interamericana do Abuso de Drogas

COT - Crime Organizado Transnacional

ELN- Exército da Libertação Nacional

FAB- Força Aérea Brasileira

FARC- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

GTs - Grupos de Trabalhos

JIFE- Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes

OEA - Organização dos Estados Americanos

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivio analisar o narcotráfico e como tal, representa uma ameaça ponto de vista da Segurança Internacional, especialmente nas regiões fronteiriças, destacando-se a Amazônia como área estratégica suscetível a essas dinâmicas. No primeiro capítulo, exploraremos o narcotráfico através da teoria construtivista das relações internacionais, estruturada pela Escola de Compenhague e como o processo de securitização discutido nela, se faz importante para o assunto debatido.

Além disso, investigaremos a perspectiva estadunidense de securitização do narcotráfico no Hemisfério Sul, considerando a influência dessa abordagem nas políticas e estratégias adotadas na região. Dentro desse mesmo capítulo, destacaremos o papel das instituições hemisféricas, OEA e UNASUL, na abordagem da ameaça transnacional na fronteira amazônica e suas tentativas de cooperação e estrategias fomentadas para conter tal crime.

O segundo objetivo explorará o histórico do narcotráfico na região amazônica, traçando sua evolução desde as décadas de 1980 até os anos 2000, destacaremos o papel desempenhado pelo narcotráfico nas dinâmicas geopolíticas da região. Também abordaremos sobre “O Plano Colômbia” e suas dinamicas e tentativas de mitigação do narcotráfico na Colômbia e região.

Por fim, o terceiro capítulo se concentrará nas estratégias de combate ao narcotráfico e nas tentativas de cooperação internacional ao longo do tempo. Analisaremos as políticas implementadas pelos governos brasileiros, especificamente durante os mandatos dos presidentes Lula e Dilma, avaliando a eficácia das operações adotadas.

2. O NARCOTRÁFICO DO PONTO DE VISTA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL E DAS INSTITUIÇÕES HEMISFÉRICAS (UNASUL E OEA)

Para que possamos compreender os efeitos do crime transnacional nas fronteiras amazônicas, vamos analisar brevemente o conceito de securitização e sua ascensão como pauta principal do ponto de vista da Segurança Internacional, partindo das ações dos Estados Unidos. Também entenderemos brevemente a formação e a posição das instituições hemisféricas, destacando a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). Ou melhor, analisaremos o movimento de securitização ligado ao narcotráfico transnacional a partir da ameaça à segurança nacional sentida pelos Estados Unidos.

Dentro das questões de Segurança Internacional, o processo de securitização - a ser melhor desenvolvido no tópico seguinte - é apresentado como o "movimento que leva a política além das regras do jogo estabelecido e enquadra a questão como um tipo especial de política ou como algo acima da política" (BUZAN et al., 1998, p. 19). Ademais, essas questões "são apresentadas como ameaças existenciais requerendo medidas de emergência e justificando ações que fogem das restrições normais do procedimento político" (BUZAN et al., 1998, p. 24).

Dessa maneira, primeiramente, analisaremos o narcotráfico nas relações internacionais. Em seguida, o processo de securitização dos Estados Unidos, como estratégia de estabelecer um paradigma de combate às drogas sob a perspectiva militar e, para encerrar este primeiro capítulo, o papel das organizações regionais, como a OEA e a UNASUL, por ser significativo na coordenação de esforços entre os países para lidar com esse problema. Neste último caso, consideramos que a sua eficácia pode variar com o tempo e as circunstâncias regionais em evolução.

2.1. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O NARCOTÁFICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O processo de securitização do narcotráfico como pauta de Segurança Internacional é construído e legitimizado através de diversos autores e vertentes teóricas de Relações Internacionais. Abordaremos brevemente uma leitura mais tradicionalista, principalmente do ponto de vista de alguns autores da Escola de Copenhague.[1]

Segundo Williams (2008), o proceso de segurança pode ser explicado e subdividido em quatro diferentes níveis: no individual, o qual examina a segurança a partir da perspectiva do indivíduo, incluindo questões como segurança pessoal, saúde, bem-estar e segurança econômica; no nível estatal: este discute a segurança em termos das preocupações e desafios que afetam os Estados-nacionais, incluindo questões de segurança militar, como conflitos armados e defesa nacional, bem como preocupações econômicas, políticas e sociais que afetam a estabilidade dos estados; em nível internacional, este que examina as relações entre Estados e as questões de segurança que surgem a partir de suas interações, incluindo estudos sobre alianças, competição geopolítica, tratados internacionais e organizações multilaterais, como as Nações Unidas; e, a segurança no nível sistêmico, a qual se relaciona mais precisamente com nosso estudo. Este nível examina as ameaças e desafios que transcendem as fronteiras nacionais e afetam a comunidade internacional como um todo. Incluindo questões que têm implicações globais direta, essas ameaças muitas vezes exigem a cooperação de várias nações e organizações internacionais para enfrentá-las efetivamente. (WILLIAMS, 2008). De acordo com alguns autores:

[1]Desenvolvida por pesquisadores dinamarqueses, como Ole Wæver e Barry Buzan, na década de 1990, destaca-se por sua ênfase no construtivismo e na ideia de que a segurança não é um dado objetivo, mas sim construído socialmente. A Escola de Copenhague influenciou significativamente a teoria e pesquisa em Segurança Internacional(TANNO, 2003)

> Essa abordagem teórica se concentra em como questões são transformadas de problemas não tradicionais em ameaças à segurança nacional, justificando assim a adoção de medidas excepcionais para lidar com elas. A securitização envolve o processo de convencer o público e os decisores políticos de que uma determinada questão não tradicional representa uma ameaça existencial que requer uma resposta imediata e extraordinária.(VIANA et al., 2020)

A Escola de Copenhague, inicialmente liderada por Barry Buzan, Lene Hansen, Ole Waever e Jaap de Wilde, surgiu da insatisfação com o engessamento da teoria tradicionalista, a teoria realista, que mantinha apenas o Estado e suas questões militares como foco das questões de segurança (SILVA, 2013). Existia a preocupação de que questões não militares se tornassem questões de segurança e gerassem efeitos indesejáveis e contraproducentes nas relações internacionais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

As bases teórica da Escola de Copenhague, como o construtivismo, será explicada de forma concisa, com o objetivo de esclarecer a construção da teoria de segurança, a fim de compreender o processo de securitização do tráfico transnacional e suas consequências. Isto porque, para melhor compreendermos a pauta de securitização, analisaremos o conceito de construção social formulado pelos construtivistas Nicholas Onuf e Alexander Wendt. Eles explicam que vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto de nossas escolhas, ou seja, o mundo é socialmente construído (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Em linhas gerais, a abordagem teórica do construtivismo enfatiza que a sociedade e a identidade individual são moldadas principalmente pelas interações sociais e pelas normas e valores culturais compartilhados. Isso significa que as pessoas não nascem com uma identidade ou visão de mundo fixa, mas a desenvolvem ao longo de suas vidas por meio de suas experiências e relacionamentos com os outros. Em essência, o construtivismo sugere que somos seres sociais cuja compreensão do mundo e de nós mesmos é construída através das interações e influências sociais ao longo do tempo (TANNO, 2003). Conforme Onuf (1998) ", fazemos do mundo o que ele é, a partir das

matérias-primas que a natureza nos proporciona, fazendo o que fazemos uns com os outros e dizendo o que dizemos uns aos outros".

Segundo Onuf (1998), os países podem ser vistos como "universos" ou "realidades" quando as pessoas os descrevem dessa forma. No entanto, é importante notar que esses países são apenas relativamente autossuficientes, uma vez que as conexões e interações que se estabelecem além de suas fronteiras também desempenham um papel significativo na construção da sociedade. Além disso, “reconhece-se, portanto, que os fenômenos ligados à segurança internacional são construções sociais, ou seja, problemáticas construídas pelas práticas sociais”. (VILLA; SANTOS, 2011)

O construtivista Wendt (1999) adota uma abordagemem que afirma que: "A versão do construtivismo que defendo é moderada e se baseia especialmente na sociologia estruturacional e na interacionismo simbólico". Sua teoria concentra-se nos princípios básicos da pesquisa social, incluindo a compreensão da essência da atividade humana e sua ligação com as configurações sociais, o papel desempenhado por conceitos e influências materiais na vida social, a maneira apropriada de fornecer explicações para fenômenos sociais e assim por diante (TANNO, 2003)

Portanto, o conceito de securitização não pode ser rigidamente definido, mas sim entendido pelo seu uso prático. Ele se baseia na forma como as pessoas o utilizam implicitamente, não necessariamente em sua definição consciente (SILVA, 2013). Segundo Caroline (2013), a securitização ocorre quando um tema é socialmente construído como uma questão de segurança, aceito como tal por atores envolvidos. Isso se alinha com a corrente construtivista da Escola de Copenhague, onde a segurança é vista como uma construção social, dependendo do que as entidades envolvidas fazem dela. Para alguns autores:

> Nessa abordagem, o significado de um conceito está em seu uso e não é algo que podemos definir analiticamente ou filosoficamente de acordo com o que seria o melhor. o significado não está no que as pessoas pensam

> conscientemente conceito significa, mas em como eles implicitamente usá-lo de algumas maneiras e não de outras. Em caso de segurança, a análise textual sugere que algo é designado como Uma questão de segurança internacional deve ter prioridade absoluta. (BUZAN;WAEVER; WILDE, 1998, p. 24)

2.2 A PERSPECTIVA ESTADUNIDENSE DE SECURITAZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NO HEMISFÉRIO SUL

Historicamente, para Procópio (1997), com a implementação da "guerra às drogas", estabelecida pelo governo Ronald Reagan em 1986, o cenário do Crime Organizado Transnacional (COT) começou a ganhar mais visibilidade no contexto global, exigindo espaços para a resolução das controvérsias e possíveis cooperações no combate. Nas palavras do autor:

> "A Administração Reagan, recém instaurada e comprometida com a prosperidade econômica internamente e com o revigoramento da hegemonia e com a reafirmação do poder norte-americano no plano internacional, adotou uma estratégia que contemplava, em última instância, reduzir a oferta de drogas através de medidas de repressão ao tráfico no plano doméstico e à produção, ao processamento e ao tráfico no exterior, configurando o que o próprio Presidente denominou de "guerra às drogas"". (PROCÓPIO, 1997, p.102).

O impacto do Crime Organizado Transnacional (COT) surge da transição das pautas de segurança da escala doméstica para a segurança internacional dos Estados Unidos. Isso resultou na implementação de iniciativas de cooperação militar no hemisfério americano, envolvendo os países vizinhos, com o objetivo de melhorar a eficiência no controle das ações do tráfico transnacional(PROCÓPIO, 1997). Nas palavras de Procópio (1997, p. 102),

> "A escala doméstica é mais importante para a segurança internacional do que a relações entre os países, visto isso o combate a Guerra as Drogas(1980) de Reagan que cria uma possibilidade de se espandir como prática de cooperação militar no hemisferico americano formando em uma pauta conjunta de combate."

Isto porque, o tráfico de drogas estava associado a um aumento significativo na violência nas áreas de produção de drogas e nas rotas de tráfico, o que gerou instabilidade política e social em muitos países da América Latina, colocando em risco a estabilidade da região e, por consequência, a segurança dos Estados Unidos. O narcotráfico frequentemente corrompia as instituições governamentais e de aplicação da lei em países produtores e de trânsito, enfraquecendo a capacidade desses estados de combater o tráfico de drogas de maneira eficaz. Isso levantou preocupações sobre a capacidade dos Estados de enfrentar essa ameaça e destacou a necessidade de cooperação entre os países (PROCÓPIO, 1997). Como afirma o autor:

> Do mesmo modo, intensificaram-se as pressões diplomáticas para que estes mesmos países fossem cooperativos com os Estados Unidos em sua estratégia frente às drogas. Tais pressões com freqüência se fizeram acompanhar da ameaça de aplicação de sanções econômicas àqueles países que não adotassem medidas de repressão ao narcotráfico consideradas congruentes com os esforços norte-americanos. (PROCÓPIO, 1997, p.102 -103).

Nesse sentido, a política de combate às drogas sob a administração de Reagan teve uma forte ligação com a política externa dos Estados Unidos. As plantações de narcóticos na América Latina foram destacadas nos discursos oficiais dos EUA, e um "inimigo" externo foi rapidamente apontado como responsável. Isso envolveu a associação do problema interno das drogas com agentes externos, mudando o foco da questão de um problema de saúde pública para um contexto que mobilizou a diplomacia para interferir e desestabilizar países na América Latina (RODRIGUES, 2004).

Em linhas gerais, a securitização do narcotráfico na América do Sul se transformou em um desafio complexo que envolve a cooperação entre os Estados da região, a promoção de políticas de redução de danos e o desenvolvimento socioeconômico em áreas afetadas pelo tráfico de drogas, entre outros fatores.

2.3 INSTITUIÇÕES HEMISFÉRICAS E A AMEAÇA TRANSNACIONAL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA: OS CASOS DA OEA E UNASUL.

As instituições hemisféricas se referem a organizações e acordos que abrangem e envolvem vários países de uma determinada região geográfica, geralmente em um contexto continental. No caso do nosso estudo, iremos nos aprofundar nas cooperações para combater o narcotráfico pelas instituições OEA e UNASUL. Essas instituições e acordos hemisféricos são criados para promover a cooperação regional, resolver disputas, discutir questões de segurança e desenvolvimento, e abordar desafios comuns que afetam os países de uma determinada região geográfica, neste caso, a América Latina, com foco no narcotráfico nas fronteiras amazônicas (XAVIER, 2010).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é o resultado da Conferencia Internacional Americana, celebrada em Washington de outubro de 1889 a abril de 1890. A OEA tem como objetivo promover a paz, a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento e a cooperação entre os Estados-membros das Américas. Ela atua como um fórum para discussões diplomáticas e colaboração em diversas áreas para fortalecer a região (MARTINEZ, 2015).

Para enfrentar a questão das drogas, a OEA estabeleceu a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), um fórum político dedicado a abordar o problema das drogas. Para combater os impactos do tráfico de drogas nas Américas, a Comissão é apoiada pela Secretaria Executiva, que trabalha no fortalecimento das habilidades e das instituições dos países membros e na coordenação dos esforços conjuntos para reduzir a produção, o tráfico e o consumo de drogas ilícitas (XAVIER, 2010).

A missão da CICAD é promover políticas e ações de controle de drogas nas Américas, visando reduzir a produção, tráfico e consumo de substâncias ilícitas, bem como minimizar os impactos negativos associados ao abuso de drogas. Ela também busca alcançar seus objetivos por meio da cooperação regional, compartilhamento de informações, promoção de estratégias de prevenção, tratamento e

reabilitação, e fortalecimento das capacidades dos Estados-membros para lidar com o problema das drogas de maneira eficaz e coordenada (SILVA, 2013). Sesunda a análise de Caroline (2013, p.54) os objetivos são: “I) servir como foro político; II) promover a cooperação multilateral; III) executar programas de ação para fortalecer a capacidade dos Estados membros para prevenir e tratar o abuso de drogas; IV) promover investigações na área de drogas; V) desenvolver e recomendar padrões mínimos para a legislação de controle de drogas; e VI) executar avaliações multilaterais periódicas sobre o progresso dos Estados Membros.”

Em 2000, foi estabelecido o Observatório Interamericano sobre Drogas, com a responsabilidade de coletar estatísticas, informações e conduzir pesquisas relacionadas às drogas. A missão do Observatório é coletar e fornecer informações objetivas, confiáveis e oportunas sobre o problema das drogas nas Américas. Ele tem o propósito de estabelecer e desenvolver uma rede de informações abrangente que permita a todos os membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) entenderem de forma completa e comparável a questão das drogas em suas múltiplas dimensões. O Observatório busca promover uma compreensão baseada em dados e evidências para apoiar políticas e estratégias mais informadas no combate ao abuso de drogas na região das Américas(XAVIER, 2010).

A autora Caroline (2013) cita as entratégias que a Comissão Hemisférica sobre Drogas utiliza e nos quais princípios são baseadas: 1) pleno respeito ao Direito Internacional e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; 2) especial ênfase no impacto sobre a pobreza e marginalização impulsionando a inclusão social; 3) as políticas, medidas e intervenções para enfrentar o problema das drogas devem levar em conta o componente do gênero; 4) os Estados membros são responsáveis pelos recursos necessários para a efetiva implementação de políticas nacionais de drogas; 5) cooperação hemisférica prezando o princípio de responsabilidade comum e compartilhada; 6) prezar pela participação da sociedade civil; 7) priorizar a CICAD como o foro regional competente para dar seguimento à implementação da

Estratégia; e 8) os mecanismos de avaliação multilateral (sob a responsabilidade do CICAD). Tendo estes princípios em vista, a Estratégia contempla as seguintes áreas: I) fortalecimento institucional; II) redução da demanda; III) redução da oferta; IV) medidas de controle; e V) cooperação Internacional. (SILVA, 2013)

Contudo, a cooperação da OEA ao combate ao narcotráfico envolve o compartilhamento de informações, o fortalecimento das capacidades de combate ao narcotráfico, a promoção de estratégias de prevenção e tratamento, e a coordenação de esforços para reduzir a produção, o tráfico e o consumo de drogas ilícitas. A OEA também atua como um fórum onde os países podem discutir políticas e estratégias conjuntas para lidar com os desafios associados às drogas (VILLA, 2003).

> "As iniciativas da OEA são reconhecidas por seu caráter informacional, a Organização não atua com ações em campo, com ações práticas, que lidem diretamente com os traficantes. Sua área de atuação está centrada nas informações que podem auxiliar as partes, na pesquisa das melhores formas de atuação, nos tratados que busquem atingir estas melhores formas e também é reconhecida por ser um importante foro de negociação e de diálogo dos Estados membros."(SILVA, 2013, p.54).

Além disso, a OEA desempenha um papel fundamental na promoção da cooperação regional no combate ao narcotráfico, buscando abordagens integradas e colaborativas para enfrentar esse problema complexo que afeta as Américas. A cooperação internacional reafirma o princípio de cooperação contido nos instrumentos internacionais para enfrentar o problema mundial das drogas.(SILVA, 2013)

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi criada em Brasília (Brasil) em 23 de maio de 2008, com sua sede em Quito (Equador), os doze países da América do Sul são membros da organização ela se concretizou após várias tentativas dos países sul americanos de encontrar uma forma de integração e cooperação na região. Os Estados membros da UNASUL definiram como objetivo da instituição:

> [...] construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados" (BRASIL, 2012, Artº2).

Em 11 de dezembro de 2008, foi estabelecido o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em Santiago, Chile. Sua principal missão era a consolidação de uma zona de paz na região e a promoção de acordos para fortalecer a cooperação em assuntos de defesa no subcontinente sul-americano. Em 2011, o CDS realizou o II Seminário Sul-Americano em Caracas, Venezuela, com o objetivo de discutir e definir os conceitos de "segurança regional" e "defesa regional" de acordo com a realidade da região sul-americana. Esse evento foi crucial para a formulação de abordagens conceituais apropriadas para questões de segurança e defesa na região(MARTINEZ, ARAUJO, 2022).

> No âmbito do estabelecido no Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano, a Defesa Regional é compreendida como uma série de medidas, ações, métodos ou sistemas que os Estados Nacionais da Região Sul-Americana assumem e coordenam de forma cooperativa e inter-relacionada, visando alcançar e manter as condições de segurança regional" (UNASUL, 2011b, s.p.)."[2]

Em 2013, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) estabeleceu seu Plano de Ação para o período de 2013-2017, dividindo suas atividades em três grupos de trabalho (GTs) que abordavam os temas

[2] Traduzido do Espanhol: "En el marco de lo establecido en el Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano, la Defensa Regional se entiende como la serie de medidas, acciones, métodos o sistemas, que los Estados Naciones de la Región Suramericana, asumen y coordinan en forma de cooperacion e interrelación, para alcanzar y mantener las condiciones de seguridad regional" (UNASUL,2011 b, s.p.)".

de justiça, segurança cidadã e combate ao crime organizado transnacional (COT).

De acordo com um relatório de Martinez e Araujo (2022), uma análise realizada em 2016 revelou que todas as atividades do projeto foram iniciadas, com 41% delas sendo efetivamente cumpridas. No entanto, durante uma reunião do Conselho Executivo em 2017, o Plano de Ação 2013-2017 foi considerado excessivamente ambicioso devido ao grande número de metas (um total de 137 linhas de ação) e à ampla abrangência de áreas cobertas. Essa abordagem dificultou o acompanhamento eficiente dos projetos, resultando em menos da metade das metas sendo adequadamente tratadas. Aproximadamente 33% das metas não foram cumpridas e 55% nem sequer foram iniciadas. Diante disso, foi decidido que o próximo Plano de Ação, para o período de 2018-2020, seria revisado e simplificado. Isso incluiu a redução do número de metas e sua especificação, bem como a mudança para um plano bianual.

Entretanto, Martinez & Lyra (2015) observam um processo de dessecuritização do narcotráfico na América do Sul, ao analisar a ação institucional da Unasul, especificamente por meio de seus Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas (CSPMD) com sentindo a rebaixar o tema de um espectro de ameaça existencial a sobrevivência dos Estados-membros, à uma questão de segurança pública interna e compartilhada dos países. Esse reconhecimento deslegitima o enfrentamento militarizado historicamente imposto pelos EUA à América do Sul na forma de uma Guerra as Drogas que, anacronicamente, gerou o efeito contrário de aumentar a produção e consumo de narcóticos, mesmo nos países sul-americanos. Estes autores sublinham que os avanços no tratamento dessecuritizador sobre o tráfico de drogas nos foros de defesa da Unasul indicou uma horizontalização no tratamento institucional da questão, até então tratada de maneira truculenta e unilateral pelos EUA.

> O apelo de segurança pública (e não de sobrevivência do Estado) instigado pela política antidrogas do CDS e do CSPMD, destarte, teria significado uma inflexão no enfrentamento à questão das drogas em nível regional segundo estes autores. (MARTINEZ & LYRA, 2015).

3. HISTÓRICO DO NARCOTRÁFICO E DINÂMICAS NA REGIÃO AMAZÔNICA.

Este capítulo tem como principal objetivo aprofundar a compreensão do fenômeno do narcotráfico na região amazônica[3], notadamente na Tríplice Fronteira, composta pelo Brasil, Peru e Colômbia, no que tange a produção e as estratégias de contenção – como mencionado anteriormente, fortemente influenciado pelo paradgma militarista norte-americano. Especificamente em relação ao Brasil, busca-se explorar a maneira pela qual o país se converteu em uma área de trânsito para o narcotráfico, destacando particularmente a utilização dos corredores amazônicos para esse fim. Adicionalmente, será realizada uma análise das diferentes fases do narcotráfico no território amazônico, investigando suas origens e dinâmicas subjacentes, olhando para a parceria Colômbia e EUA e as respectivas atuações estatais.

De acordo com o 4º Relatório das Nações Unidas sobre Tendências Criminais e Operações de Sistemas de Justiça Penal, o termo "crime transnacional" foi conceitualmente definido como delitos que, em sua origem, prevenção e/ou consequências diretas ou indiretas, abrangem múltiplos países, englobando, por exemplo, o tráfico de drogas. (NAÇÕES UNIDAS, 1995) As fronteiras nacionais podem propiciar condições favoráveis para a prática do crime, uma vez que a existência de limites geográficos entre nações e as disparidades nos sistemas legais podem criar lacunas e obstáculos na aplicação da lei.(PEREIRA, 2010, p. 164).

[3] A Região Amazônica refere-se à extensa área geográfica na América do Sul, caracterizada pela bacia do rio Amazonas e suas florestas tropicais. Essa região abrange nove países, mas especialmente Peru, Bolívia e Colômbia serão destacados no presente trabalho(OLIVEIRA, 2010)

O deslocamento geográfico da produção de drogas de uma região para outra representa uma estratégia para escapar das medidas de repressão das autoridades, em resposta ao aumento da rigidez das políticas de combate ao tráfico. O sucesso de uma abordagem repressiva em um país pode resultar no fortalecimento do cultivo de drogas em outra região, como ilustrado na região andina. Esse fenômeno é conhecido como "efeito balão"[4], analogamente ao comportamento do ar em um balão quando o pressionamos, no qual o ar não desaparece, mas ocupa um espaço diferente.(MORA, 1996, p. 118).

Conforme informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, as áreas fronteiriças da região amazônica se estendem por vastas extensões e sofrem de escassa ou nenhuma supervisão, contando com hidrovias que, na ausência de um monitoramento adequado, propiciam condições geográficas favoráveis ao tráfico de entorpecentes. É importante ressaltar que os extensos vazios demográficos, caracterizados por densas florestas latifoliadas e fechadas, que se encontram próximos às fronteiras, são utilizados como uma rota de entrada relativamente mais acessível pela região amazônica, possibilitando um melhor acesso às cidades situadas nas proximidades dos principais rios. (VILLELA, 2015)

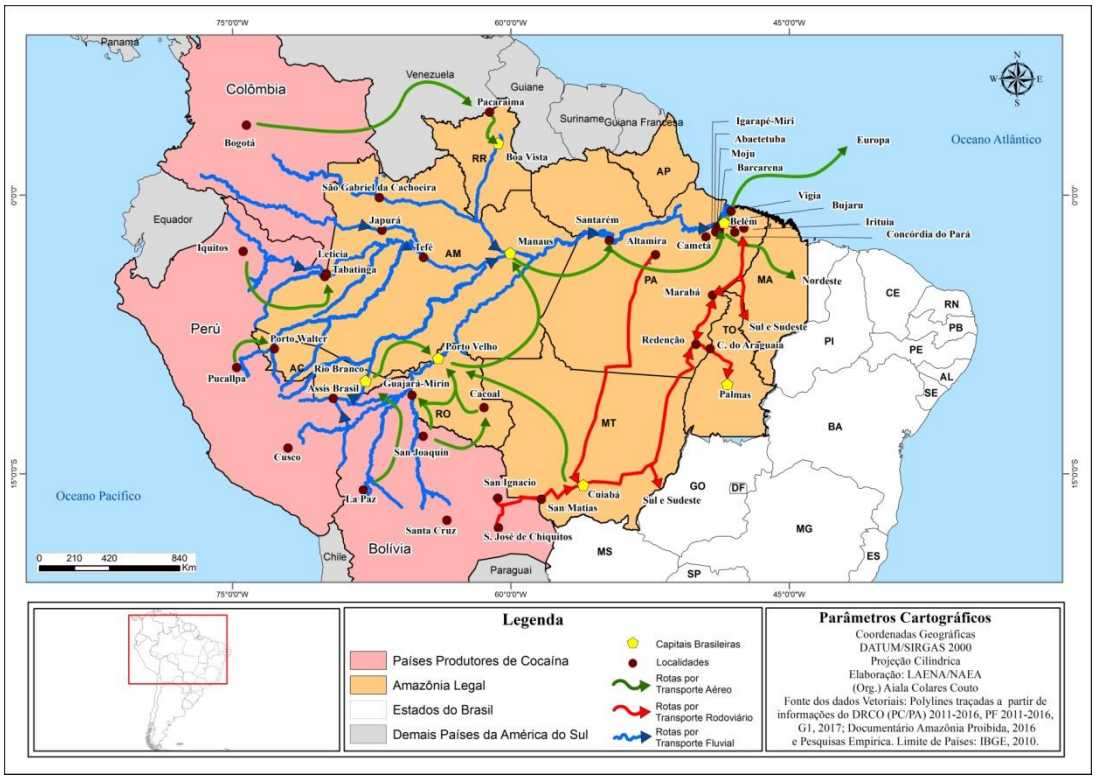
A região amazônica desempenha o papel de uma "zona de trânsito", facilitando a expansão e a interconexão das operações dos traficantes de drogas, particularmente no que se refere ao transporte da cocaína originária dos Andes. Isso permite que a criminalidade despache a droga para os mercados brasileiro, europeu e africano. Conforme observado por Machado (2009), a Bacia Amazônica ilustra o funcionamento de redes de tráfico de cocaína e a integração territorial, à medida que os narcotraficantes estabelecem presença territorial que ultrapassa os limites nacionais.(VILLELA, 2015).

[4] O "efeito balão" no narcotráfico é a tendência das atividades do tráfico de drogas se deslocarem para outras áreas quando pressionadas ou reprimidas em uma região específica, sem resolver o problema, mas apenas o transferindo para outro lugar. É um desafio comum no combate ao narcotráfico em nível global (MORA, 1996).

Segundo Couto (2020) a estrutura do narcotráfico na Amazônia brasileira envolve um conjunto de cidades influenciadas pelas relações de poder de narcotraficantes e facções associadas a traficantes estrangeiros de países como Bolívia, Colômbia e Peru. Nesse contexto, é crucial que grupos no Brasil facilitem o fluxo de drogas nos mercados locais e possibilitem sua chegada aos mercados europeus e africanos.

FIGURA 1- REDES E FLUXOS DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA

.



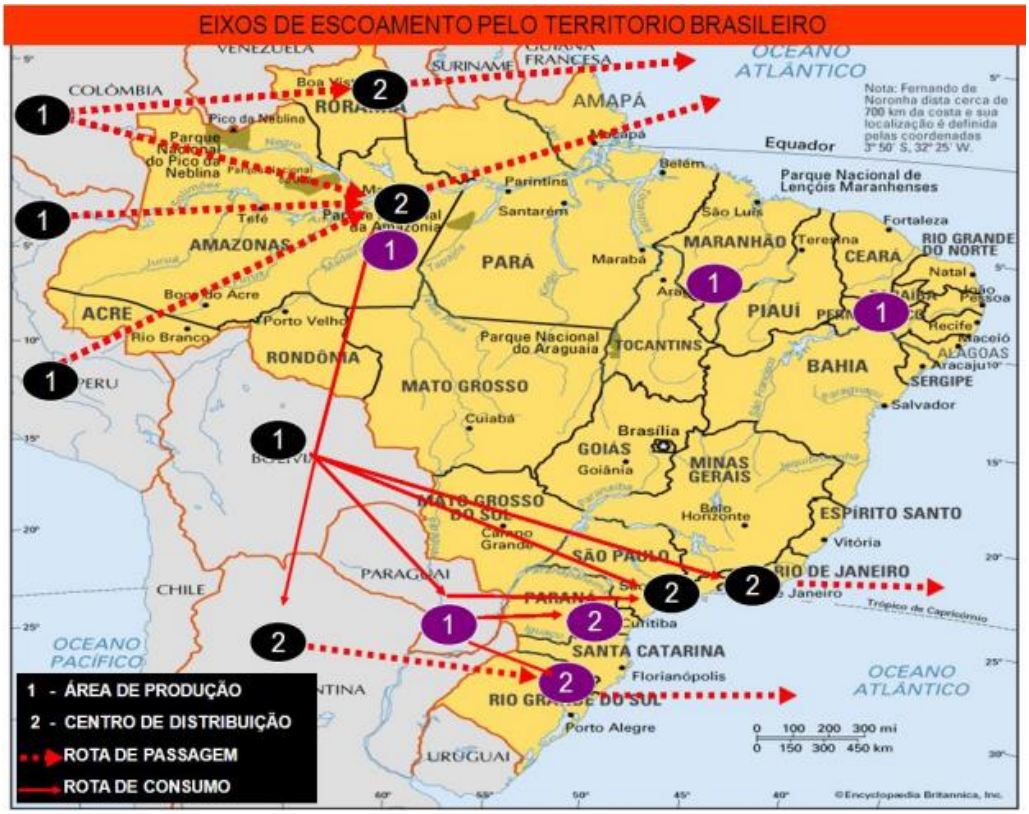
Fonte: (COUTO, 2020 p.10)

Conforme indicado no mapa acima, diversas rotas conectam a Amazônia Brasileira aos países da Comunidade Andina. No caso da Bolívia, a interligação ocorre com o estado do Mato Grosso, utilizando tanto rotas terrestres quanto aéreas. A articulação reticular direciona o tráfico de drogas do Oeste do Pará para a região do Xingu, abrangendo municípios como Altamira, Conceição do Araguaia, Redenção, Marabá e estendendo-se até o Norte do Tocantins e

Palmas, no Sudeste do Brasil. Da Bolívia, fluxos de cocaína são direcionados para Rondônia, recebendo transporte aéreo e fluvial, com destaque para a construção de pistas clandestinas na floresta e fazendas como fachadas, conforme relatado por agentes federais. : (COUTO, 2020)

Do Peru para a Amazônia brasileira, predominam as rotas fluviais em direção aos estados de Rondônia e Acre, bem como ao estado do Amazonas, ao longo do rio Amazonas e seus afluentes na margem direita. Cidades como São José Chiquitos, San Ignacio, San Matias, Guajará Mirin e a capital La Paz, na Bolívia, desempenham papéis cruciais como nós conectados na complexa estrutura em rede, estendendo-se até as cidades da Amazônia, sem se deter nos limites fronteiriços. Nas cidades de Cusco, Pucallpa e Iquitos, no Peru, localizam-se os centros nodais da rede. Na Colômbia, Bogotá assume o papel de centro de comando, estabelecendo conexões ao longo da fronteira com o Brasil, com atenção especial para cidades como Letícia, Japurá, São Gabriel da Cachoeira, Porto Walter e Assis Brasil, evidenciando a integração fluida das redes de tráfico de drogas na região. A conexão final abrange Bogotá até Pacaraima e Boa Vista, passando pela Venezuela. (COUTO, 2020)

FIGURA 2- EIXOS DE ESCOAMENTO DE DROGAS PARA TERRITÓRIO BRASILEIRO.



Fonte: Ministério da Defesa (BRASIL, 2011).

O mapa acima apresenta a notável centralidade da região amazônica como um corredor de trânsito no escoamento das drogas, enfatizando as principais áreas de produção, tais como Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai. Internamente, a própria região amazônica, juntamente com os estados de Maranhão e Pernambuco, emerge como polos de produção significativos. Os demais centros de distribuição estão estrategicamente distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas e Roraima, destacando, assim, a preeminência da região amazônica no contexto do tráfego de mercadorias.

3.1. NARCOTRÁFICO ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 A 1990

Entre as décadas de 1980 e 1990, o tráfico de drogas na Amazônia se tornou um problema complexo, influenciando e sendo influenciado por uma série de fatores políticos, sociais e econômicos.

Diante disso, esta seçãobusca analisar o contexto histórico e os principais eventos que moldaram a ascensão do narcotráfico na região, fornecendo um entendimento mais aprofundado das raízes desse fenômeno e das transformações que ocorreram ao longo desse período.

Até meados da década de 1980, a produção de folha de coca era principalmente concentrada ao Peru e à Bolívia. Nesse período, a Colômbia era conhecida principalmente como uma rota de trânsito e um centro de processamento de cocaína, com cultivos de coca ainda incipientes nas áreas fronteiriças da região amazônica. Somente a partir da metade da década de 1990, a Colômbia assumiu um papel de destaque na produção de folha de coca, coincidindo com o pico de consumo de cocaína nos Estados Unidos(UNODC, 2010, p. 81). Segundo a análise de SANTANA (1999), as estimativas da ONU indicaram que a indústria de drogas movimentava um capital anual da ordem de US$ 400 bilhões, o que correspondia ao dobro da receita da indústria farmacêutica global ou aproximadamente dez vezes o valor total da assistência oficial para o desenvolvimento.

Nesse período, tanto o Cartel de Cali quanto o Cartel de Medellín se destacaram como algumas das principais organizações transnacionais bem-sucedidas na distribuição de cocaína. Devido a esforços colaborativos entre os governos colombiano e norte-americano, os cartéis de drogas foram desmantelados, e até o final dos anos 1990, as drogas passaram a ser comercializadas por grupos menores, que não mais mantinham uma estrutura hierárquica semelhante à dos cartéis, mas operavam em redes mais versáteis e ágeis.(VILLELA,2015)

Nesse período, o Brasil não detinha uma notoriedade significativa como produtor de drogas ilícitas em âmbito internacional. Contudo, por volta da metade da década de 1980, ocorreram identificações de cultivos de epadú[5] no estado do Amazonas, em parte como resultado

[5] “O epadú é uma variedade da coca característica da região ocidental da Amazônia, área conhecida como “cabeça do cachorro”, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, área

do fenômeno "efeito balão"(VILLELA, 2015). “Paralelamente, ao longo da década de 1980, o Brasil passou a ser também reconhecido como um produtor relevante de cannabis, sobretudo para atender à demanda no mercado doméstico”(JIFE, 1990, p. 34).

Contudo, as autoridades federais começaram a reconhecer o Brasil como um centro importante na rota internacional do tráfico de cocaína. Essa identificação foi destacada nos relatórios da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes das Nações Unidas (JIFE), que também mencionaram o Brasil como um país de trânsito e um local de produção de precursores químicos, como acetona e ácido clorídrico, que eram usados pela primeira vez na produção da pasta base de cocaína em 1983 (JIFE, 1983). “Até a década de 1980, o Brasil era o único país da América Latina a fabricar o éter e a acetona utilizados para o processamento da pasta base em escala industrial.” (PROCÓPIO, 2000, p. 103).

3.2 NARCOTRÁFICO NA DÉCADA DE 1990 ATÉ MEADOS DOS ANOS 2000.

Na década de 1990, o Brasil experimentou uma significativa inserção internacional, caracterizada pela ampliação de suas redes de integração e cooperação com nações vizinhas. Este período testemunhou uma notável transformação na postura governamental brasileira em relação à questão do tráfico de drogas como uma pauta relevante na agenda internacional. Neste contexto, é possível analisar a ascensão do Brasil de uma mera "rota de tráfico" a um ator que passou a desempenhar um papel tanto como produtor quanto como distribuidor de substâncias entorpecentes a nível global.

Conforme Cervo (2008, p. 50), a revisão do modelo de inserção internacional do Brasil efetivamente ganhou forma a partir dos anos 1990. Pela análise de Villela (2015) isso resultou do esgotamento do paradigma desenvolvimentista de substituição de importações,

---

geograficamente isolada das outras variedades de coca.”(VILLELA, 2015, p.65). a fonte da letra está diferente.

caracterizado pelo isolacionismo em matéria de política internacional que caracterizou a política externa nos governos de Geisel (1974-1979) a Figueiredo (1979-1985). Os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) optaram por adaptar o país às novas dinâmicas do contexto globalizado, promovendo a abertura da economia e uma maior participação na arena internacional de caráter multilateral.

Um acontecimento importante nesse momento de iserção internacional do Brasil, foi sua transformação no padrão de relacionamento com a Argentina, cujos fundamentos foram estabelecidos na década de 1970, e ganhou consolidação apenas nos anos 1990, quando assinado o Tratado de Integração[6]. Como resultado, houve uma mudança estratégica do foco de segurança do Brasil, que deixou de se concentrar nas fronteiras do sul para abranger a região amazônica e monitorar as questões fronteiriças que abragem o narcotráfico(VILLELA, 2015).

No âmbito interno, esse período foi caracterizado pelo processo de redemocratização, que se consolidou no Brasil em 1985, com a retirada dos militares do poder político após duas décadas de regime ditatorial. De acordo com Villela(2015), o primeiro governo civil, sob a liderança do presidente José Sarney (1985-1990), teve um impacto limitado na política externa do país. Entretanto, a partir da mudança no tom e no conteúdo do discurso presidencial na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986, pode-se observar a gradual inclusão de novos temas que estavam ganhando destaque na agenda internacional na política externa do Brasil, principalmemte o combate ao tráfico de drogas.

Os relatórios do International Narcotics Control Strategy dos Estados Unidos (ESTADOS UNIDOS, 1996) indicavam, ao longo da década de 1990, a necessidade de um maior controle por parte do

[6] Tratado de Integração, também conhecido como "Tratado de Integração Brasil-Argentina" ou "Treaty of Asunción" em 1991, desempenhou um papel crucial na consolidação do Mercosul, representando uma mudança fundamental no enfoque das relações bilaterais para uma maior cooperação econômica e política regional. (OLIVEIRA, 1998).

governo brasileiro sobre a região amazônica, devido a expansão das atividades dos países andinos, com objetivo de evitar operações e apreensões, principalmente na Colômbia, aproveitando então, da relativa ausência de presença policial na região(ESTADOS UNIDOS, 1996).

Contudo, o Brasil não se limitou mais a ser apenas uma rota de trânsito, mas também assumiu um papel de destaque em quase todas as etapas da economia do tráfico de drogas. Isso incluiu o processamento das folhas de coca, a disponibilidade de produtos químicos essenciais, a operação de laboratórios clandestinos, o armazenamento, a atuação como plataforma de exportação e tornou-se um local propício para a lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas.(SOUZA, SILVA, SILVA, 2019). “Estimava-se que circulava pelo Brasil cerca de 20 toneladas de cocaína da Bolívia e da Colômbia todos os anos”(ESTADOS UNIDOS, 1996).

Em uma perspectiva global, os Estados Unidos representavam o consumo de 50% da cocaína produzida na América Latina, apesar de terem apenas 5% da população mundial (VILLA, 2000, p. 28). A demanda gerada pelos consumidores nos Estados Unidos desempenha um papel fundamental no estímulo ao crescimento do tráfico de drogas na América do Sul. De acordo com um relatório do próprio governo norte-americano, a maior parte da cocaína que passava pela região amazônica era destinada aos Estados Unidos (ESTADOS UNIDOS, 1996).

Medidas foram tomadas por parte do Brasil, para tentativas de mitigações dos avanços das redes narcotráficantes como A Política Nacional de Defesa (PND) que foi estabelecida em 1996 e posteriormente atualizada em 2005. Esses documentos refletem a crescente preocupação com a Amazônia e as atividades relacionadas ao crime organizado transnacional na região. A versão de 1996 da PND delineou a necessidade de garantir a segurança nacional por meio de uma postura estratégica dissuasória e defensiva, com foco na integração nacional, defesa civil e proteção da Amazônia e das faixas de fronteira. Já a versão de 2005 da PDN, atualizada em um contexto

internacional marcado pelos eventos de 11 de setembro, exigiu uma revisão dos mecanismos de defesa anteriormente desenvolvidos para atender às novas demandas de segurança nacional e global.(OLIVEIRA, 2007; VILLELA, 2015)

O Plano Colômbia também foi uma operação de suma importância iniciada em 1999, para ao combate ao tráfico de drogas na Colômbia, iremos observar suas dinamicas brevemente na próxima seção.

3.3 O PLANO COLÔMBIA E SUAS DINÂMICAS

A introdução deste capítulo aborda o "Plano Colômbia", um programa de cooperação internacional entre a Colômbia e os Estados Unidos, implementado a partir do ano 2000. Esse programa teve como objetivo principal enfrentar os desafios do conflito armado e do tráfico de drogas na Colômbia. Esta seção analisará as implicações e os desdobramentos desse programa.

Em 1980, houve o surgimento de grupos insurgentes na Colômbia, denominados “narcoguerrilha”, que estavam financiando suas atividades por meio do tráfico de drogas. Essa designação deslegitimou a natureza política desses grupos, justificando a intervenção militar dos EUA. Isso ocorreu porque, ao rotulá-los como organizações criminosas, eles foram vistos como uma ameaça constante à região. O uso desse conceito foi parte da prática de criar inimigos para justificar intervenções repressivas. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) passaram a se envolver mais com o narcotráfico após o colapso dos grandes cartéis, o que fortaleceu sua autonomia como organização militar. “Para os formuladores de política pública dos EUA, as FARC como “narcoguerrilha” constituíram uma ameaça existencial antes de constituir uma ameaça fisicamente presente, isto por sua oposição multidimensional a um amorfo sistema de valores norte-americanos.”(TATE, 2015).

Sob a liderança do governo colombiano de Andrés Pastrana (1998-2002), o principal objetivo era conter a crescente violência no

país. O governo lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) intitulado "Cambio para construir la paz 1998-2002" (COLOMBIA, 1999), que buscava, por um lado, uma solução negociada com os grupos insurgentes e, por outro lado, reconhecia que o cultivo de drogas ilícitas, que era a principal fonte de financiamento do conflito armado, era, em sua essência, um problema social que precisava de uma abordagem multilateral, semelhante a um "Plano Marshall" para a Colômbia.(MERCADANTE, 2018).

No entanto, nos Estados Unidos, a intenção de Pastrana de negociar a paz com as FARC gerou grande preocupação. Durante esse período, o Congresso norte-americano aprovou uma resolução que condicionava a assistência antinarcóticos à Colômbia ao progresso das negociações de paz. Qualquer interferência dessas negociações ou da proposta de criar uma zona desmilitarizada para as FARC que prejudicasse o processo de erradicação das plantações de coca resultaria na suspensão da ajuda dos Estados Unidos (SANTOS, 2010).

A estratégia de "diplomacia pela paz" do governo de Pastrana formalizou a internacionalização do conflito na Colômbia, buscando a cooperação de diversos atores externos. No entanto, a falta de apoio financeiro e desafios estruturais prejudicaram a eficácia dessa abordagem inicial (MERCADANTE, 2018; SANTOS, 2010). Diante disso, houve uma mudança na perspectiva, levando o governo colombiano a buscar uma aliança tática com os Estados Unidos. Nesse sentido, para obter cooperação dos EUA na resolução de seus problemas internos, o governo colombiano retratou a Colômbia como um país "problemático" incapaz de manter o monopólio estatal da força e de conter o avanço do poder do narcotráfico e das guerrilhas em seu território. (MERCADANTE, 2018).

Foi então que se iniciava o Plano Colômbia em 1999 e aprovado pelo governo Clinton em 2000. O argumento formulado pelo governo Pastrana para executar o Plano era que o Estado por si só era demasiadamente débil para enfrentar o problema das drogas sozinho, assumindo que o narcotráfico era uma questão de segurança

interna(MERCADANTE, 2018).“O Plano possuía estratégias tanto no campo militar quanto no campo econômico social. A estratégia antinarcóticos tinha como meta, para os próximos seis anos, reduzir em 50% o cultivo, o processamento e a distribuição dos narcóticos.”(SANTOS, 2010).

O Plano Colômbia atendia aos interesses de ambos os países, embora esses interesses não fossem idênticos. Da perspectiva colombiana, o Plano Colômbia tinha um duplo propósito: fortalecer o Estado através da melhoria de suas forças militares e privar as FARC de uma importante fonte de financiamento. Para os Estados Unidos, o plano era uma demonstração de compromisso na "guerra às drogas". Inicialmente previsto até dezembro de 2005, o Plano Colômbia envolvia assistência financeira significativa dos EUA, com aproximadamente US$2.8 bilhões vindos do principal programa de apoio, a Iniciativa Andina de Combate às Drogas (Andean Counter drug Initiative - ACI), e um investimento adicional de US$4.5 bilhões do Programa de Financiamento Militar Estrangeiro (Foreign Military Financing - FMF) e do Departamento de Defesa (Department of Defense - DOD) (OLIVEIRA, 2007).

Os ataques de 11 de setembro de 2001 tiveram um impacto significativo nas relações entre os Estados Unidos e a Colômbia. A política externa dos EUA, que antes do 11 de setembro se concentrava na luta contra a chamada "narcodemocracia" na Colômbia, sofreu uma mudança durante o governo de George W. Bush (2001-2009), passando a enfocar a luta contra o "narcoterrorismo" (MERCADANTE, 2018). Consequentemente, no início de 2002, o governo dos Estados Unidos publicamente reconheceu a ligação das guerrilhas, em particular as FARC[7] e o ELN[8], bem como dos grupos paramilitares, como as AUC[9], com o tráfico de drogas, classificando essas organizações como terroristas. Nesse contexto, a luta contra as

[7] FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, fundada em 1964.
[8] ELN – Exército da Libertação Nacional, fundada em 1964.
[9] AUC – Autodefesas Unidas da Colômbia, fundada em 1990.

guerrilhas representava uma campanha contra dois inimigos dos Estados Unidos: o tráfico de drogas e o terrorismo (OLIVEIRA, 2007).

> “Com a mudança no discurso colombiano em 2002, o país inseriu-se de vez dentro do novo mapa de prioridades de Washington. Nesse momento, a Colômbia vira um caso de “narcoterrorismo” e dissemina-se a ideia de que o conflito colombiano é a maior ameaça terrorista do hemisfério ocidental, na qual a interferência do governo estadunidense é apresentada quase que como um dever.”(THE WASHINGTON POST, 2002).

Sob a liderança do governo de Uribe em 2003, houve um aumento nas áreas de fumigação, uma crescente nas apreensões de drogas, na destruição de laboratórios e na extradição de colombianos para os Estados Unidos (MERCADANTE, 2018). Segundo a análise de Mercadante (2018), Uribe lançou a campanha militar conhecida como Plano Patriota, com o objetivo de retomar áreas controladas pelas FARC no sul e leste da Colômbia. De acordo com o US Congressional Research Service (2005), até 2005, o governo colombiano conseguiu retomar o controle de 11 aldeias das FARC e destruir mais de 400 acampamentos. Essa iniciativa intensificou ainda mais a relação entre os EUA e a Colômbia, com o objetivo de reforçar as capacidades ofensivas das Forças Armadas colombianas, tornando-se assim o maior componente militar do Plano Colômbia.

O conflito colombiano mudou de uma retórica centrada nas "narcoguerrilhas" e na descrição de uma "narcodemocracia" para ser caracterizado como um caso de "narcoterrorismo". A criação do Plano Patriota em 2002, resultado desse processo de transformação discursiva, representou a parte mais significativa do componente militar do Plano Colômbia. Isso resultou no fortalecimento das capacidades militares das forças colombianas e no enfraquecimento das guerrilhas.(OLIVEIRA, 2007).

Contudo, no próximo capítulo, examinaremos as estratégias de combate ao narcotráfico e as tentativas de cooperação internacional durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma(2010-2016). Junto com as operações realizadas no Trapezio Amazônico, que dão seguimento

a iniciativa Plano Colômbia e observaremos as estratégias da Operação Ágata realizada no Brasil.

4. ESTRATÉGIAS DE COMBATES E TENTATIVAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

O presente capítulo tem como objetivo analisar as estratégias adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva no período de 2003 a 2010 no enfrentamento do narcotráfico, destacando tanto as iniciativas de combate como as tentativas de cooperação internacional.

As ações militares conjuntas e acordos de cooperação, abordadas anteriormente nesta pesquisa, se tornam essenciais para enfrentar desafios transnacionais, como o tráfico de drogas, contrabando e atividades ilícitas na região compartilhada pelo Brasil, Colômbia e Peru. Essas iniciativas promovem uma resposta unificada, facilitando o intercâmbio de recursos e inteligência para conter ameaças. Além disso, fortalecem a segurança nas fronteiras e contribuem para a estabilidade regional. Os acordos de cooperação, ao estabelecerem protocolos para a troca de informações e estratégias conjuntas, consolidam relações diplomáticas entre os países envolvidos. Em síntese, tais ações são fundamentais para promover a segurança e combater eficazmente atividades ilícitas. Conforme o quadro abaixo, observaremos as ações conjuntas no Trapezio Amazônico:

TABELA 1- AÇÕES MILITARES CONJUNTAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO NO TRAPÉZIO AMAZÔNICO NO PERÍODO DE 2011 A 2016.

ANO	SIGNATÁRIO	AÇÃO	OBJETIVO
2001	Brasil e Colômbia	Operação Cobra	Instalação de Postos de Controle de Fronteiras, vigilância, patrulha de rios, fiscalização de aeroportos e portos e destruição de pistas de pouso clandestinas
2003	Brasil e Peru	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia	Integração peruana ao Sistema de Proteção/Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM)

2003	Brasil e Peru	Operação Pebra	Realizada pela Polícia Federal do Brasil, mantinha postos de controle permanente na fronteira com o Peru
2005/ 2007	Brasil e Colômbia	Operação COLBRA I e II	Teve duas edições, 2005 e 2007, realizada pelas Forças Aéreas. Visava o treinamento de interceptações de aeronaves ligadas as atividades ilícitas que cruzassem a fronteira sem autorização
2005	Brasil e Colômbia	Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial	Combater ao crime organizado transnacional através de canais de comunicação; intercâmbio de informações de inteligência
2005	Peru	Libro Blanco Defensa Peru	Ações de combate e mecanismos de cooperação.
2009	Brasil e Colômbia	Operação COLBRA III	Normas Binacionais de Defesa Aeroespacial entre as Forças Aéreas do Brasil e da Colômbia.
2011	Brasil e Colômbia	Comissão Nacional Fronteiriça (COMBIFRON)	Intensificação da cooperação entre as forças militares e órgãos de segurança pública e inteligência.
2011 /2012 e 2013	Brasil e Peru	Operação Trapézio I, II E III	Destruição de plantações e de laboratórios para o refino da droga.
2011	Brasil e Colômbia	Plano Binacional de Segurança Fronteiriça Brasil-Colômbia	Combater os ilícitos da fronteira.
2013	Brasil	Comando de Operações Especiais (C Op Esp)	Tropas de mobilidade estratégicas.
2015	Brasil e Colômbia	Operação COLBRA IV	Treinamento de proteção do espaço aéreo contra voos irregulares, ocorrendo nos dois lados da fronteira.
2015	Colômbia	Política de Defensa e Seguridad para La Nueva Colômbia	Materialidade das ações do exército colombiano.
2016	Colômbia	26.ª Brigada de Infantaria de Selva.	Unidade militar na faixa de fronteira para combate as ameaças.
2016	Brasil	Decreto n.º 8.793	Política Nacional de Defesa do Brasil.

Fonte: (SANTOS, 2018, pg.19)

A seguir exploraremos as estratégias adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2010 para enfrentar o narcotráfico, destacando tanto as ações de combate como as tentativas de cooperação internacional. Ao explorar operações conjuntas com países vizinhos e a participação em fóruns de defesa, enfoca-se a busca do Brasil por aprimorar suas abordagens diante do tráfico ilícito de drogas.

A Operação Ágata que ocorreu entre 2011 a 2016, é considerada um marco na securitização da ameaça do narcotráfico e também será analisada. Junto, com a decisão governamental de perceber tal

questão como uma ameaça à segurança, demandando uma resposta imediata e coordenada com a atuação das Forças Armadas. A seção também explora o papel desempenhado pela agente securitizadora, a presidente Dilma Rousseff, e sua equipe.

4.1 GOVERNO LULA (2003-2010)

Esta seção apresenta uma concisa abordagem das operações conduzidas em conjunto com países vizinhos, bem como examina brevemente a participação do Brasil em fóruns de defesa, visando o aprimoramento das abordagens relacionadas ao narcotráfico. O foco principal é explicar as ações realizadas pelo Governo Lula da Silva nesse contexto específico, considerando tanto as operações bilaterais quanto os esforços em fóruns multilaterais, para lidar com os desafios representados pelo tráfico ilícito de drogas. Também analisaremos brevemente as oerações registradas na tabela acima, no período de seu mandato.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, se destacou por uma estratégia de política externa pautada na diplomacia multilateral e na busca por maior autonomia, particularmente através de uma aproximação com os países do eixo Sul. Este enfoque visava diversificar as parcerias internacionais do Brasil, reduzindo a tradicional dependência em relação aos Estados Unidos. A América do Sul emergiu como uma prioridade, refletindo uma intenção de fortalecer laços regionais e resistir a danos causados pelo sistema global, inclusive em áreas sensíveis como segurança e combate ao narcotráfico. No primeiro mandato (2003-2006), a abordagem em relação a essas questões foi predominantemente reativa, marcada pela resistência a propostas dos Estados Unidos e pela ênfase na necessidade de abordar as raízes sociais e econômicas subjacentes aos desafios regionais (MEIRELES, 2015).

Durante o governo de Lula da Silva, houve diversas iniciativas de cooperação regional no combate ao narcotráfico, estabelecendo acordos bilaterais significativos com países andinos. Por exemplo, o

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, assinado entre Brasil e Peru em 2003, buscava integrar o Peru ao Sistema de Proteção/Vigilância da Amazônia. Em 2005, o Acordo de Cooperação Mútua entre Brasil e Bolívia sobre Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais proporcionou a base legal para exercícios conjuntos das forças aéreas, enquanto a Operação COLBRA, realizada em parceria com a Colômbia no mesmo ano, fortaleceu a cooperação militar na região (GONÇALVES; MAGALHÃES, 2017).

Já no segundo mandato de Lula (2007-2010), a política de segurança brasileira expandiu-se globalmente, com uma abordagem inovadora para questões sul-americanas. Destaca-se a criação da UNASUL em 2008, que introduziu o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) como um espaço dedicado a temas de defesa e segurança. Proposto pelo Brasil, o CDS buscou promover a cooperação entre os membros da UNASUL em questões de segurança, coordenar políticas de defesa conjuntamente, facilitar o intercâmbio de pessoal militar e fomentar a participação conjunta em operações de paz da ONU. Essa iniciativa pragmática foi concebida como uma resposta à influência dos Estados Unidos nos assuntos de defesa na América do Sul (GONÇALVES; MAGALHÃES, 2017).

Ainda durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a intensificação das operações bilaterais evidenciou um engajamento mais ativo do Brasil na cooperação regional em questões de segurança. Exemplificando essa abordagem, a operação COLBRA III, conduzida em 2009 em colaboração com a Colômbia, focou na coordenação operacional entre as forças aéreas de ambos os países. Além disso, a operação BRASBOL, um exercício conjunto da Marinha do Brasil com as Forças Armadas bolivianas em 2010, demonstrou esforços conjuntos de planejamento, coordenação e controle de operações aéreas binacionais para combater o tráfico ilícito de drogas na região de fronteira. Nesse contexto, o Brasil também participou ativamente de fóruns de defesa e segurança regional, como a Junta Interamericana de Defesa, a Conferência de Ministros de Defesa das

Américas, entre outros, refletindo uma mudança significativa em direção a uma postura mais independente e centrada na cooperação regional. (OLIVREIRA et al., 2018).

Segundo Gonçalves e Magalhães (2017), no primeiro mandato de Lula (2003-2006), embora tenha reagido às propostas de segurança dos EUA e considerado a região sul-americana, o Brasil concentrou-se principalmente em operações bilaterais regionais. Já no segundo mandato, houve uma clara tentativa de reduzir a dependência em relação aos Estados Unidos, priorizando relações regionais mais amplas, um exemplo emblemático dessa mudança foi o papel protagonista do Brasil na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).(GONÇALVES E MAGALHÃES, 2017)

No governo subsequente ao de Luiz Inácio Lula da Silva, durante a gestão de Dilma Rousseff, a análise da abordagem adotada para o combate ao narcotráfico será realizada sob a perspectiva do processo de securitização, caracterizado pela elevação da questão do narcotráfico ao status de ameaça à segurança nacional, e pela participação ativa das Forças Armadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteira e nas realizações das Operações Ágatas. Este plano foi concebido como uma iniciativa estratégica para aprimorar a defesa nas áreas fronteiriças, sendo uma resposta direta à necessidade percebida de combater o narcotráfico de maneira mais efetiva. (MEIRELES, 2015).

4.2 GOVERNO DILMA (2011-2016)

Nesta seção, destacamos a Operação Ágata como um marco significativo na efetivação da securitização da ameaça representada pelo narcotráfico. A mesma será analisada a partir das Operações 1, 2, 3 e 7, por enfatizar o envolvimento na fronteira amazônica. Ao todo foram 11 Operações Ágatas, realizadas em um período de 5 anos (2011-2016). Este momento específico foi caracterizado pela decisão do governo de encarar a questão do narcotráfico como uma ameaça à

segurança, requerendo uma resposta imediata e coordenada, por meio de uma abordagem emergencial e pontual, com a participação ativa das Forças Armadas. A identificação dessa necessidade de desvio das vias estritamente políticas e a persuasão do público quanto à urgência da securitização foram empreendidas pela figura central da agente securitizadora, a presidente Dilma Rousseff, e sua equipe.(MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019)

Segundo a análise de SILVA (2013), a responsável pela securitização do narcotráfico no Brasil foi Dilma Rousseff e sua equipe. Onde em um discurso Dilma afirmar que, anteriormente, não existiam dispositivos legais para a ação e que tais dispositivos começaram a ser elaborados a partir de 2004, confirmando, assim, a securitização. Além disso, reforça a securitização ao declarar que as Forças Armadas assumiriam responsabilidades além das estipuladas constitucionalmente.

> “Até agora, os dispositivos legais que permitiam essa coordenação e essa unidade de ação, eles não existiam. Eles começaram a ser formatados a partir de 2004 e foram concluídos em 2010. Assim sendo, o que permite hoje que nós tenhamos nessa solenidade a oportunidade de criar um comitê de ação conjunta é justamente a modificação desses dispositivos legais, que permitem agora que as Forças Armadas tenham uma ação muito mais efetiva na região de fronteira. Permitem também que elas possam ter ações, chamadas ações de polícia, que antes não estavam contempladas na nossa legislação.” (ROUSSEFF, 2011).

Conforme Silva (2013) o Plano Estratégico de Fronteira, implementado em Junho de 2011, é considerado como uma validação sobre o processo de securitização do tráfico de drogas pelo Brasil. O Plano tem como principais metas o fortalecimento das ações de prevenção, controle, fiscalização e repressão de crimes transfronteiriços e na faixa de fronteira brasileira. As diretrizes do Plano preconizam a atuação conjunta dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas (BARBALHO et al., 2011).

O Plano Estratégico delineia duas ações centrais na fronteira do Brasil: a Operação Sentinela e a Operação Ágata. A Operação Sentinela, liderada pelo Ministério da Justiça, com destaque para a

Polícia Federal e apoio do Ministério da Defesa, concentra-se em atividades de inteligência, caracterizando-se como uma operação permanente. Por outro lado, a Operação Ágata, liderada pelo Ministério da Defesa com suporte do Ministério da Justiça, tem como foco ações pontuais de impacto, caracterizando-se por um caráter temporário. (MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019)

A Operação Ágata é composta por duas fases distintas. Na primeira etapa, as Forças Armadas atuam em coordenação com os Centros de Operações Conjuntas, implementando medidas preventivas e repressivas em áreas previamente designadas. A segunda fase busca estabelecer acordos com os países fronteiriços. Os objetivos estratégicos da Operação Ágata incluem: 1) neutralização do crime organizado; 2) redução dos índices de criminalidade; 3) coordenação do planejamento e execução de operações militares e policiais; 4) colaboração com países vizinhos; 5) ampliação da presença das Forças Armadas; 6) prestação de apoio à população. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011).

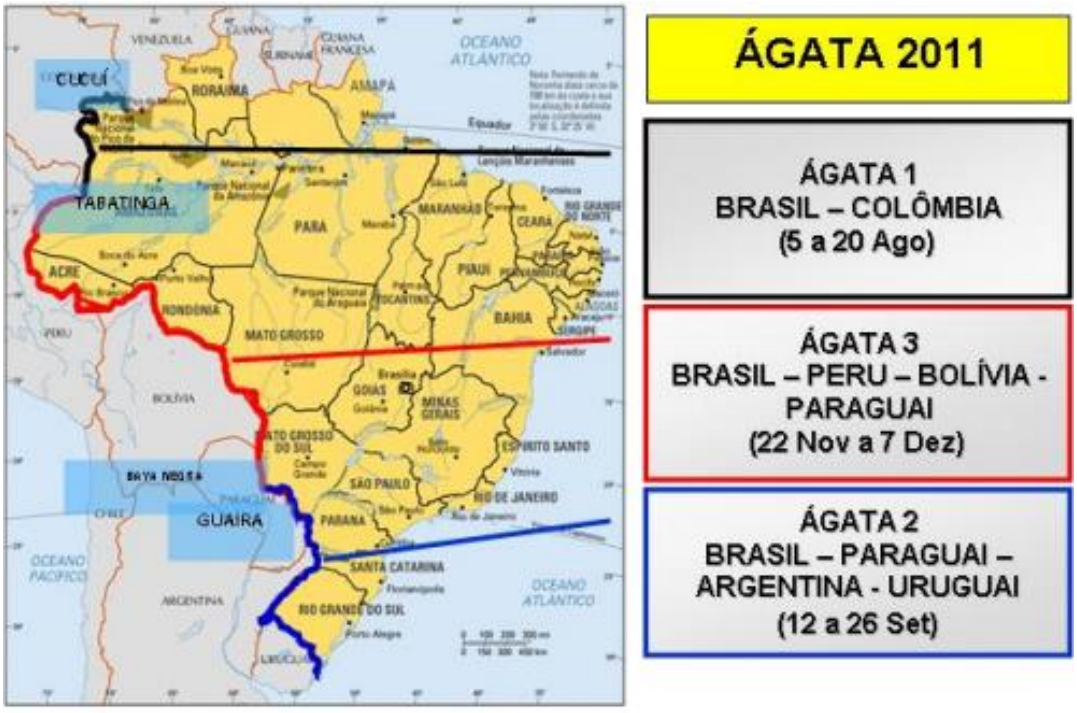
Em 2011, foram conduzidas as Operações Ágata 1, 2 e 3, cada uma abordando distintas fronteiras do Brasil. Conforme Figueredo 92017) a primeira, realizada entre 5 e 20 de agosto, focou-se na Fronteira Brasil/Colômbia, concentrando-se exclusivamente no Estado do Amazonas, particularmente na região conhecida como Cabeça do Cachorro. A segunda operação, conduzida de 12 a 26 de setembro, abrangeu as fronteiras Brasil/Paraguai, Brasil/Argentina e Brasil/Uruguai, alcançando os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já a terceira operação teve lugar nas fronteiras Brasil/Peru, Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai, com extensão aos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.(FIGUEREDO, 2017)

A Operação ÁGata 1 teve lugar na faixa de fronteira da Amazônia, mais precisamente entre os municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, contando com a participação de 3.500 militares das Forças Armadas em agosto de 2011. A Ágata 2 abrangeu as fronteiras Sul e Centro-Oeste, envolvendo aproximadamente oito mil

homens em estados como Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocorrendo de setembro a outubro de 2011, com destaque para significativas apreensões nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. A Ágata 3 foi realizada nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia entre novembro e dezembro de 2011, mobilizando cerca de 6.500 militares.(MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011).

A figura abaixo apresenta as áreas fronteiriças de atuação de cada operação, como já citado anteriormente, e seu tempo de duração. A Operação Ágata 1 ocorreu do dia 5 a 20 de agosto de 2011; a Operação Ágata 2 teve duração do dia 12 a 26 de setembro de 2011, e a Operação Ágata 3 durou de 22 de novembro a 7 de dezembro de 2011.

FIGURA 3- OPERAÇÃO ÁGATA I, II E III.



Fonte: (FIGUEREDO, 2017 p. 70)

A tabela abaixo revela uma notável intensificação e eficácia nas operações de combate ao narcotráfico entre a Operação Ágata I e Operação Ágata III. A segunda fase (jun/11–dez/11) demonstra um

incremento substancial na apreensão de drogas, com um aumento significativo de 7,85 toneladas para 115.257 toneladas. Paralelamente, registra-se uma considerável elevação no número de pessoas submetidas a vistorias, passando de 390.000 para 2.463.335, e de indivíduos detidos em flagrante, de 537 para 4.242. No contexto dos veículos, observa-se um aumento expressivo tanto na quantidade vistoriada, que evoluiu de 170.000 para 1.411.691, quanto no número de veículos apreendidos/recuperados, que cresceu de 727 para 2.001. Esses resultados sugerem uma notável expansão e aprimoramento nas estratégias operacionais, indicando uma resposta mais efetiva e impactante na abordagem governamental ao narcotráfico ao longo do período considerado (SILVA, 2013).

TABELA 2- COMPARATIVO, ANTES E PÓS OPERAÇÕES ÁGATA 1 A 3.

Tipo de Ação	Resultados (jan/11–maio/11)	Resultados (jun/11–dez/11)
Drogas apreendidas (tonelada)	7,85	115.257
Pessoas vistoriadas	390.000	2.463.335
Pessoas presas em flagrante	537	4.242
Veículos vistoriados	170.000	1.411.691
Veículos apreendidos / recuperados	727	2.001

Fonte: (SILVA, 2013, p.105)

Em 2013, ocorreu a Operação Ágata 7, abrangendo simultaneamente as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil durante o período de 18 de maio a 05 de junho. Sendo subdividida em três áreas de operações distintas: Área de Operações Amazônia, Área de Operações Centro-Oeste e Área de Operações Sul. A operação abrangeu os Estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (FIGUEREDO, 2017) Como podemos observar no mapa a seguir:

FIGURA 4- OPERAÇÃO ÁGATA 7.

Fonte: (FIGUEREDO, 2017, p.72)

Ao longo das onze edições da Operação Ágata, foram inspecionados um total de 922.041 veículos automotores nos postos de bloqueio e controle nas estradas, além de 405 aeronaves. A operação resultou na apreensão de 1.330 embarcações, 457 armas, 27.556 munições, 24.697 quilos de explosivos e 83.356 quilos de drogas. Adicionalmente, 49.486 embarcações foram vistoriadas e/ou notificadas, enquanto 86.012 passaram por revista, resultando na detenção de 327 pessoas.(FIGUEREDO, 2017).Como mostra a tabela abaixo:

TABELA 3- INDICATIVOS OPERACIONAIS DE TODAS AS OPERAÇÕES ÁGATAS.

ATIVIDADE	UN	Operações AGATA										TOTAL
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
Veículos inspecionados	Qnt	119.436			200.199			278.596	133.061	66.292		124.457	**922.041**
Aeronaves inspecionadas	Qnt	150			72			0	31	77		75	**405**
Embarcações apreendidas	Qnt	49			449			274	207	195		156	**1.330**
Embarcações vistoriadas e/ou notificadas	Qnt	3.589			2.092			19.760	8.238	7.627		8.180	**49.486**
Armas apreendidas	Qnt	58			48			93	30	60		168	**457**
Contrabando ou descaminho	R$	236.600			6.295			125.318	1.932.651	742.744		704.120	**3.747.728**
Munição apreendida	Qnt	Dados não tabulados			Dados não tabulados			2617	1.261	813		22.865	**27.556**
Explosivo apreendido	Kg	8.150			11.742			1.855	200	0		2.750	**24.697**
Drogas apreendidas	kg	2.358			9.443			19.573	36.727	3.930		11.325	**83.356**
Pessoas revistadas	Qnt	11.499			5.420			17.165	22.242	14.147		15.539	**86.012**
Pessoas detidas	Qnt	32			43			53	40	88		71	**327**

Fonte: (FIGUEREDO, 2017, p76)

Contudo, observamos a eficacia das Operações em seus territórios e como a pauta de Segurança ligada a militarização pode ser de fato eficiente. Entretanto, é imperativo abordar criticamente a perspectiva militar predominante nas operações, especialmente em contextos como a fronteira amazônica. Conforme Machado (2005) a militarização pode apresentar desafios, pois as raízes do tráfico de drogas muitas vezes estão ligadas a questões socioeconômicas e estruturais mais amplas. A eficácia das operações militares pode ser limitada se não estiverem integradas a esforços mais amplos, como programas de desenvolvimento social, educação e oportunidades econômicas para comunidades afetadas(MACHADO, 2005).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve o objetivo de explicar como o narcotráfico influenciou a pauta de Segurança Internacional em uma perspectiva mais abrangente e detalhada, analisada pelo aparato militar e de cooperação. A influência estadunidense para com a América Latina, demostra a preocupação e a mudança do processo de securitização do narcotráfico, deixando de ser uma pauta de escala doméstica e migra para a escala internacional. Refletindo especialmente sob os países andinos e nas regiões que fazem fronteira com a Amazônia. Além disso, teve o intuito de relacionar o assunto com as teorias de relações internacionais e fomentar a ligação do construtivismo ao caso de Segurança Internacional, juntamente com o crime de narcóticos. Com isso, comprendemos o processo de securutização em um nível sistemico.

As atuações das instituições hemisféricas, como a OEA e a UNASUL, representaram um papel importante para compreendermos a cooperação dos países latinos e suas estratégias para o combate do narcotráfico. A criação da CICAD e da CDS visou um maior controle e

se tornaram facilitares para discussões de controvérsias e fomentavam a cooperação.

As operações realizadas nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016) contribuíram para que o Brasil elaborasse efetivamente um plano de fronteira, para a contenção da expansão do crime organizado e mitigasse as dinâmicas na região que transformavam o território brasileiro em corredores para exportações das drogas. Por fim, concluímos que as Operações realizadas entre esses governos solidificaram a defesa nacional contra o tráfico, principalmente as Operações Ágatas, que atuaram na região amazônica e em seus países vizinhos, junto com a FAB, realizando um combate eficiente e de cooperação na América Latina.

6. REFÊRENCIAS

ANDREAS, P.; NADELMANN, E. Policing the Globe: criminalization and crime control in international relations. Oxford: Oxford University Press, 2006

ARBEX JR., J. Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas. São Paulo: Moderna,1996.

BRASIL. Decreto Nº 7.667, de 11 de Janeiro de 2012. Tratado constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7667.htm#textoimpressao . Acesso em 27/09/2023.

BUZAN, BARRY; WAEVER, OLE; WILDE, J. DE. Security: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Reinner, 1998

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Reinner, 1998.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

COLOMBIA. Plan nacional de desarrolo (1998-2002 cambio): para construir la paz, 1999. Disponível em: https://colaboracion.dnp.gov.co/cdt/pnd/pastrana2_contexto_cambio.pdf. Acesso em: 10/11/2023

Couto, A. C., & Oliveira, I. de S. (2017). A GEOGRAFIA DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA. *Geographia Opportuno Tempore*, *3*(1), 52–64. Disponível em: https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.31774. Acesso em: 16/09/2023

COUTO, Aiala Colares (2020). Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. Disponível em: https://doi.org/10.4000/confins.25852.Acesso em: 17/11/2023

EL PAIS: Brasil, a principal rota do tráfico de cocaína na América Latina. Sao Paulo, 21 set. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/21/politica/1411333264_428018.html. Acesso em: 04/10/2023.

ESTADOS UNIDOS. A National Security Strategy for a New Century. Washington: The White House, 2000. International Narcotic Control Strategy Report, 1996. Disponível em: //www.state.gov/www/global/narcotics_law/1996_narc_report/samer96.html> Acesso em: 10/10/2023

Felix Mercadante, M. A. (2019). Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul. *Revista Neiba,*

Cadernos Argentina Brasil, *7*(1), e38789. Disponível em: https://doi.org/10.12957/neiba.2018.38789. Acesso em: 15/10/2023

JIFE (Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes. Report of the International Narcotics Control Board for 1983. Nova York: United Nations,

MACHADO, L. O. - Ambiguidade entre o legal e o ilegal: Redes de tráfico de drogas ilícitas e território - Disponíivel em: https://www.academia.edu/29983331/_2009_AMBIGUIDADE_ENTRE_O_LEGAL_E_O_ILEGAL_REDES_DE_TR%C3%81FICO_DE_DROGAS_IL%C3%8DCITAS_E_TERRIT%C3%93RIO - Acesso em: 01/11/2023

MACHADO. L.O.; HAESBAERT, R.; STEIMAN, R. – O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Uma proposta conceitual-metodológica – Revista Território, População e Desenvolvimento – págs. 51-76 - 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/1963113/O_Desenvolvimento_da_Faixa_de_Fronteira_uma_proposta_conceitual-metodol%C3%B3gica – Acesso em 01/11/2023

MADE FOR MINDS: OEA aprova resolução para coordenar políticas antidrogas no continente. [S.l], 20 set. 2014. Disponível em: https://p.dw.com/p/1DGGl. Acesso em: 04/09/2023.

MARTINEZ, Elias David Morales; LYRA, Mariana P. O. de. O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul. Contexto Internacional, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 661-691, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292015000200011. Acesso em: 10/10/2023

MATHIAS, Suzeley Kalil; ZAGUE, Jose Augusto; SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. Opinião Pública, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 136-168, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019251136. Acesso em: 15/11/2023

MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos EUA para a América do Sul. Revista NEIBA, v. 7, n. 1, 2018.

Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Operações Ágata – release. Brasília: Ministério da Defesa, [2016]. Acesso em: 06/11/2023

NAÇÕES UNIDAS. Convention on Psychotropic Substances of 1971. New York and Vienna: United Nations Publications, 1971

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 41, n. 1, p. 5-23, jun. 1998. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73291998000100001. Acesso em:29/10/2023

ONUF, Nicholas. International relations in a constructed world. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 1998.

PEREIRA, P. Os Estados Unidos e a ameaça do crime organizado transnacional nos anos 1990. Revista Brasileira de Política Internacional, 58, n. 1, p. 84-107, 2015.

PEREIRA, Paulo. Crime Transnacional e Segurança Internacional, Aspectos Recentes do Relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina. In: AYERBE, L. F. (org.).

PROCÓPIO, A; VAZ, A. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 40, n. 1, p. 75-122, 1997.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, jun. 2012. Semestral.

SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 2, n. 42, p. 99-116, 1999. Disponível em: DOI : 10.1590/S0034-73291999000200006. Acesso em:24/10/2023

SANTANA, Adalberto. A Globalização do Narcotráfico. Rev. Bras. Polít. Int. 42 (2), 1999. P. 99-116.

SANTOS, Marcelo. A política dos estados unidos de combate ao Narcotráfico e o plano colômbia (1998-2005). In: Estudos de Sociologia. Araraquara, v.12, n.22, p.169-188, 2007. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/354. Acesso em:24/10/2023

SILVA, Caroline Cordeiro Viana. Segurança internacional e novas ameaças : a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira. Universidade Federal do Parana, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Defesa: Curitiba, 28/06/2013. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/32366. Acesso em: 15/09/23

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. International Security and New Threats: securitisation and desecuritisation of drug trafficking at the brazilian borders. Contexto Internacional, [S.L.], v. 41, n. 1, p. 209-234, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2019410100011. Acesso em: 16/10/2023

STEIMAN, R. 1995. 39 f. *O mapa da droga*. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Fonte: Grupo Retis/UFRJ. Disponível em: http://www.retis.igeo.ufrj.br/producao/monografias/o-mapa-da-droga/#ixzz8GugTHOxo. Acesso em: 10/11/2023

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 47-80, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292003000100002. Acesso em: 15/11/2023

TATE, Winifred. Drogas, Bandidos y Dipomáticos: Formulación de política pública de Estados Unidos hacia Colombia. Bogotá: Universidad del Rosário, 2015.

The Threat of Narcotrafficking in the Americas, 2008. Disponível em: Microsoft Word - OAS paper sept 29_final.doc (unodc.org).Acesso em: 28/10/2023

THE WASHINGTON POST. Colombian Rebels Are Indicted as Terrorists. 2002. Disponível em:https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2002/05/01/colombian-rebels-are-indicted-as-terrorists/12a909fb-1bbc-4e60- 895f-4dc2b047ba2d/ Acesso em: 01/11/2023

UFGD, [S.L.], v. 9, n. 17, p. 1-14, 29 jun. 2020. Universidade Federal de Grande Dourados. Disponível em: http://dx.doi.org/10.30612/rmufgd.v9i17.12881.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). A Century of International Drug Control. New York and Vienna: United Nations Publications, 2008.

VIANA, Manuela Trindade; CAMPOS, Marcelo da Silveira; PEREIRA, Paulo José dos Reis; RODRIGUES, Thiago. Criminalidade transnacional: olhares para além da disciplina de relações internacionais. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/2986/5bf952ed0a81abab069cb0667957960588ee.pdf. Acesso em: 06/10/2023

VIlLA, Rafael A. D.. A questão democrática na agenda da OEA no pós-Guerra Fria. Revista de Sociologia e Política, [S.L.], n. 20, p. 55-68, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782003000100006. Acesso em: 09/10/2023

VILLELA, Priscila. As dimensões internacionais das políticas brasileiras de combate ao tráfico de drogas na década de 1990. 2015. 159 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

XAVIER, Elaine de Melo. A UNASUL e a OEA na resolução de conflitos sul-americanos. 2010. 63 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1039/1/2010_ElaineMeloXavier.pdf Acesso em: 22/10/23

WENDT, Alexander. Social Theory of International Politics. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 1999.